

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO (CEL) DA POTIGÁS.

Ref. Licitação nº 90023/2024.

VIPETRO CONSTRUÇÕES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA., empresa de construção e prestação de serviços encampada pelo Direito Privado, cadastrada no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 09.080.623/0001-96, estabelecida à Rua Vicente Fernandes, 179, bairro Aeroporto, na cidade de Mossoró/RN, partícipe da licitação em tela, tendo em vista ato da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO que **recusou sua proposta**, por isso quer apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei nº 13.303/2016¹, forte nas seguintes razões:

- I -

I – MENOR PREÇO. FORMALIDADES ATENDIDAS NA PROPOSTA.

1. Como se sabe, a licitação ora dirigida tem como objeto a “Contratação de empresa de engenharia para execução do empreendimento Gasoduto Gassal que consiste no lançamento de gasoduto de distribuição ao longo da BR-110 para levar o gás natural da cidade de Mossoró até a cidade de Areia Branca no Estado do RN, contemplando serviços de construção, montagem e testes de gasodutos, construção de caixas de válvulas, instalação e pré-operação de Estação de Redução de Pressão Distrital, instalação de ramais e Estações de Redução de Pressão e Medição de clientes, construção de abrigos, spools e comissionamento dos gasodutos, conforme especificações e quantitativos constantes neste EDITAL e em seus anexos”.

¹ Art. 59. Salvo no caso de inversão de fases, o procedimento licitatório terá fase recursal única.

§ 1º Os recursos serão apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a habilitação e contemplarão, além dos atos praticados nessa fase, aqueles praticados em decorrência do disposto nos incisos IV e V do caput do art. 51 desta Lei.

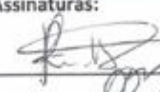
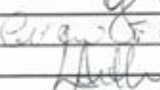
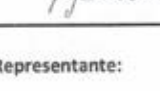
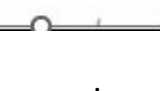
2. Logo na abertura do Edital está informado que (i) o critério de julgamento seria o maior desconto (economicidade), (ii) o regime de execução, a empreitada por modo unitário, (iii) que o modo de disputa seria fechado, e (iv) a regência do certame se daria pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016; a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e o Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS.

3. A recorrente apresentou o menor preço, no valor de R\$ 21.226.013,48 (vinte e um milhões, duzentos e vinte e seis mil e treze reais e quarenta e oito centavos).

4. A empresa que ficou na segunda colocação no preço foi a empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA., que apresentou uma proposta superior em mais de R\$ 200 mil reais (R\$ 21.428.474,20), informando de imediato que não daria mais nenhum desconto no preço proposto. Veja-se a ata:

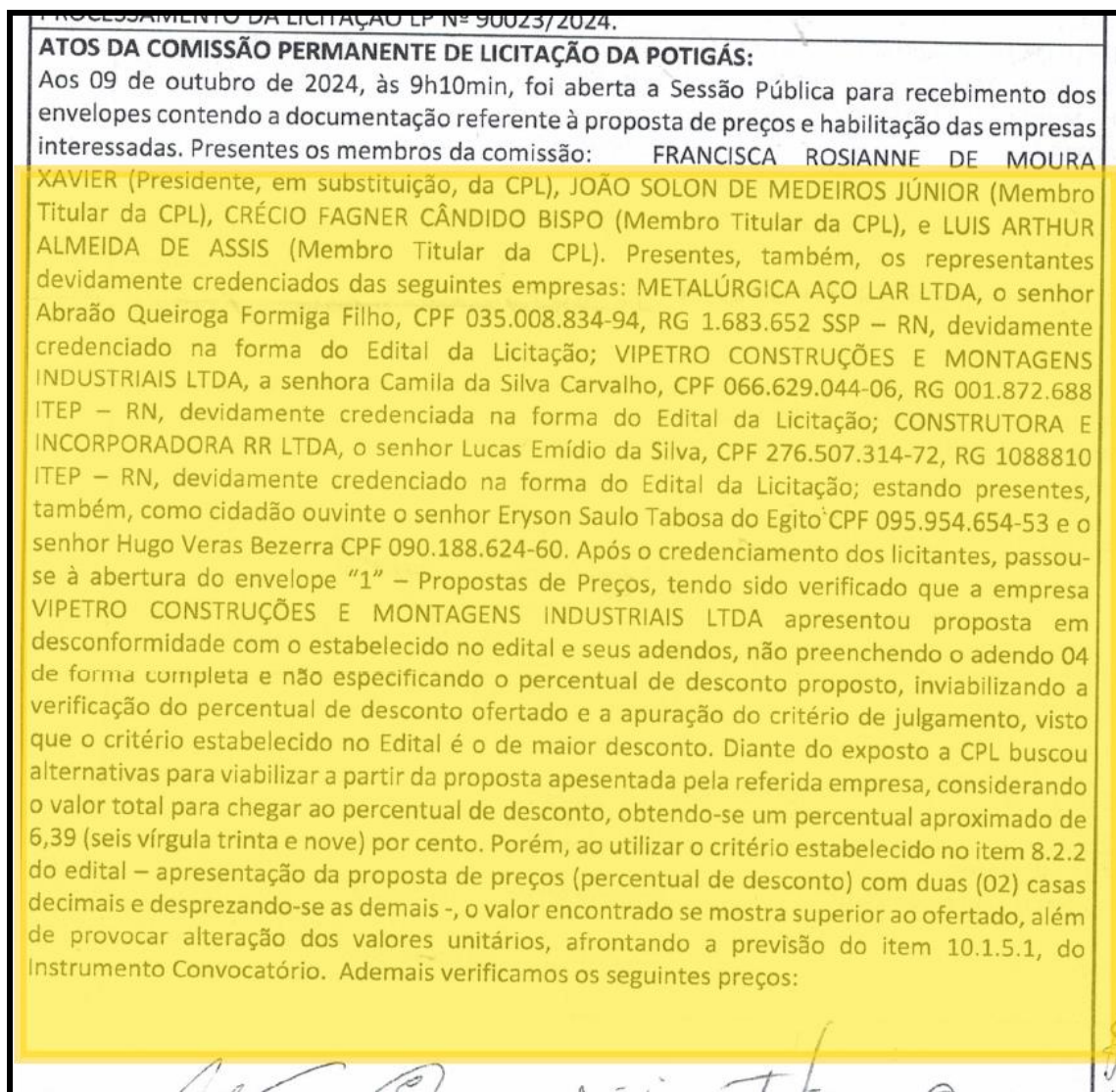
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE	VALOR TOTAL DA PROPOSTA	(%) DESCONTO	CLASSIFICAÇÃO INICIAL
VIPETRO CONSTRUÇÕES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA	R\$21.226.013,48		RECUSADA
CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA	R\$21.428.474,20	5,50%	1ª
METALÚRGICA AÇO IAR LTDA	R\$22.448.877,73	1,00%	2ª

Após a classificação das propostas, a CPL procedeu à análise da efetividade das propostas. A CPL passou à fase de negociação de que trata o item 10.1.6 do Edital, tendo o representante da CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA afirmado que não mais reduziria o valor da proposta, totalizando o valor global de R\$ 21.428.474,20 (vinte e um milhões quatrocentos e vinte e oito mil quatrocentos e setenta e quatro reais e vinte centavos). A planilha de preços devidamente apurada pela CPL consta em Anexo a esta Ata. A CPL passou à análise da documentação de habilitação. A CPL empreendeu diligência ao Sr. José Augusto Dantas de Rezende, Gerente Técnico da Potigás, para que analisasse a documentação relativa à Qualificação Técnica do licitante CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA, bem como sua proposta de preços, e ao Sr. Jairo César Dourado Pinto, Gerente de Contabilidade da Potigás, para que analisasse a documentação relativa à Capacidade Econômico-Financeira do licitante CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA. A Sessão Pública foi suspensa, sendo agendado seu retorno às 14h00min do mesmo dia. Não tendo mais nada a tratar, foi lida a Ata e, em comum acordo, assinam todos os presentes.

Pela POTIGÁS: Francisca Rosianne De Moura Xavier João Solon de Medeiros Júnior Crécio Fagner Cândido Bispo Luis Arthur Almeida de Assis	Assinaturas:    
Empresa que compareceu à licitação e que é responsável pelas declarações contidas na presente ata:	Representante:

5. Acontece que, inopinadamente, a recorrente teve sua proposta **"recusada"** (sic!).

6. A argumentação da Comissão de Licitação para “**recusar**” a proposta da recorrente é de que a Planilha de preços não estaria preenchida corretamente, não se podendo verificar o percentual de desconto. O sofisma da recusa foi assim redigido:



7. Ao se analisar a proposta da recorrente vai se perceber o preço inicial cheio, tendo a proposta o melhor desconto, e, por conseguinte, **resultado no menor preço**.

8. A indicação editalícia sobre a forma de apresentação da Proposta é por demais sintética, elegendo dois itens apenas (8.2.1. e 8.2.2), assim redigidos:

8.2.1. “Proposta de Preços” (Adendo 03) deste instrumento convocatório, contendo o valor total da proposta e o prazo de validade da proposta, o qual não deverá ser inferior a **60 (sessenta) dias** consecutivos, contados a partir da data de sua apresentação, devidamente assinada pelo representante legal do licitante, identificando-se claramente o signatário. A data limite para apresentação da proposta será considerada como data de referência de preços propostos.

8.2.2. “Planilha de Preços Unitários - PPU” (Adendo 04) deste instrumento convocatório, preenchida em todos os seus itens, em moeda corrente nacional, expressa em algarismos e por extenso, contendo preço unitário e total, sendo este compatível com o valor da “Proposta de Preços” utilizando-se até 02 (duas) casas decimais, desprezando-se os demais, assinada pelo representante legal do licitante, identificando-se claramente o signatário.

9. Exige, pelo visto, apenas uma “Proposta de Preços” e uma “Planilha de Preços Unitários”, plenamente atendidos. Inclusive a PPU foi apresentada com duas casas decimais.

10. A medida soa desproporcional por ser “recusada” a menor proposta de preços, sob o manto de um vício inexistente, a suggestionar comportamento antijurídico e isonômico.

11. Esta Comissão inaugura, no direito licitatório, um neologismo e expressão inexistente (“**recusada a proposta**”), ao arrepio das leis regedoras do certame, e do próprio Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Potigás.

12. Registra-se que a sessão do referido certame foi transmitida de forma presencial e virtual e está gravada, e que pode ser a qualquer momento consultado.

13. A recorrente VIPETRO durante as discussões informou que o preço estaria mais baixo que as demais licitantes, e que deveria ser habilitado e classificado com vencedor.

14. A comissão informava que a ausência explícita do percentual de desconto em duas casas decimais impossibilitava o cálculo para indicação da recorrente, pois o resultado seria uma dízima periódica.

15. Naquele momento, a representante da VIPETRO informou que assumiria o valor encontrado a menor como desconto, já que é de praxe a comissão de licitação pedir desconto a primeira colocada, não sendo obrigatório a empresa vencedora fazê-lo.

16. Tal procedimento foi realizado após a recusa da proposta da VIPETRO a segunda colocada, a Construtora RR, que no ato, não aceitou, e continuou com o preço superior ao da VIPETRO.

17. Ora, se anteriormente a recorrente havia ofertado a possibilidade de um desconto em cima do menor preço do certame, logo haveria uma forma de atender ao cálculo encontrado pela comissão, sanando uma interpretação divergente da comissão para a nossa proposta. E favorecendo ao erário público por um desconto ainda maior.

18. A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ao tratar sobre as propostas, diz em seu artigo 51 que a licitante adota em relação a elas, as seguintes providências:

Art. 51. As licitações de que trata esta Lei observarão a seguinte sequência de fases:

(...)

III - apresentação de lances ou propostas, conforme o modo de disputa adotado;

(...) V - verificação de efetividade dos lances ou propostas;

19. A aludida lei pede apenas a verificação de efetividade da proposta.

20. É relevante anotar que em relação à forma de julgamento na licitação que exija maior desconto, o artigo 54, inciso II, §4º, inciso I, da Lei nº 13.303/2016, estabelece que **o critério e a referência será o preço global fixado no instrumento convocatório**. Para conferência:

Art. 54. Poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento:

I - Menor preço;

II - Maior desconto;

III - melhor combinação de técnica e preço;

IV - Melhor técnica;

V - Melhor conteúdo artístico;

VI - Maior oferta de preço;

VII - maior retorno econômico;

VIII - melhor destinação de bens alienados.

§ 4º O critério previsto no inciso II do caput:

I - Terá como referência o preço global fixado no instrumento convocatório, estendendo-se o desconto oferecido nas propostas ou lances vencedores a eventuais termos aditivos;
II - no caso de obras e serviços de engenharia, o desconto incidirá de forma linear sobre a totalidade dos itens constantes do orçamento estimado, que deverá obrigatoriamente integrar o instrumento convocatório.

- grifos acrescidos -

21. É de sabença geral que o critério definidor do procedimento licitatório **é o de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa**, princípio consagrado como economicidade, plasmado igualmente no artigo 31 da Lei nº 13.303/2016, que é o norte regente deste certame:

Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a **assegurar a seleção da proposta mais vantajosa**, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize **sobrepço ou superfaturamento**, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, **da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.**

- grifos nossos -

22. O RILC da POTIGÁS, quanto ao quesito da economicidade e a forma de julgamento do menor preço ou maior desconto tem como **parâmetro legal o menor dispêndio para a POTIGÁS**, nisto sendo bem objetivo:

Art. 97. Os critérios de julgamento pelo menor preço e pelo maior desconto **considerarão o menor dispêndio para a POTIGÁS, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no instrumento convocatório.**

Art. 99. O critério de julgamento por maior desconto utilizará como referência o preço global fixado no instrumento

convocatório.

§ 1º O desconto oferecido nas propostas ou lances vencedores deverá estender-se a eventuais termos aditivos.

§ 2º Para obras e serviços de engenharia o percentual de desconto apresentado pelos LICITANTES incidirá linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório.

23. Soa ilógico recusar a proposta de menor dispêndio, a mais econômica...

24. Fugir de tal princípio, para contratar empresa de forma mais onerosa, mediante ardil de causa inespecífica, é uma demonstração indesculpável de improbidade, *smj*.

25. A recorrente, que apresentou menor preço e toda documentação, teve uma proposta “recusada” de modo ilegal e desfundamentado.

26. Causa especial estranheza a desclassificação de empresa que tem expertise técnica, apresentou toda a documentação necessária e foi desclassificada depois de apresentar o melhor preço, ao argumento de que deixara de cumprir preceito que nem mesmo estava no Edital.

27. Assim, não há razão para ser recusada a proposta da recorrente, por falta de razões jurídicas.

28. Ademais, existem princípios que devem ser seguidos pela Administração que não se encontram expressos no art. 37 da Constituição, mas nem por isso são menos importantes, o da isonomia, igualdade e probidade administrativa.

29. O Tribunal de Contas da União (TCU), órgão máximo fiscalizador das contas públicas, manifesta-se quanto à aplicação dos princípios às licitações:

"É obrigatório que o gestor atente para a necessária observância de princípios fundamentais da licitação, em especial da igualdade e impessoalidade, a fim de garantir, também, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, consoante preceitua o art. 3º da Lei de Licitações [...]. (Acórdão 369/2005 Plenário)

30. Os princípios constitucionais aplicáveis ao direito administrativo não se diferenciam quanto à sua aplicação nos processos licitatórios, especialmente a Isonomia e economicidade.

31. Não se admite discriminação arbitrária, preferências pessoais e subjetivas do ocupante de cargo público, aplicando-se o mesmo rigor às economias mistas.

32. Encontra-se implícito na Lei 13.303/2016 o princípio da competitividade, decorrente do princípio da isonomia, onde se veda ao agente público restringir o caráter competitivo da licitação e estabelecer preferências ou distinções ou tratamento diferenciado.

33. A recorrente havia apresentado a melhor proposta ao processo licitatório... Ora, se deve buscar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Nos dizeres de Marçal Justen Filho ***"a maior vantagem apresenta-se quando a administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo benefício"***. (Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, p. 42, 2006).

34. Observa-se que esta Comissão não observou o princípio da menor onerosidade para a administração pública ao recusar a proposta da recorrente, carecendo de motivação e legalidade.

35. A licitação fulcra-se em princípios basilares, preponderando o da legalidade (art. 37 da CF), que significa que o agente público se sujeita sempre em suas atividades aos mandamentos da lei, deles estando

proibido de afastar-se, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade de quem o praticou.

36. Consigne-se, logo de princípio, que a suposta falha da planilha não se constitui em fato suficiente à recusa da sua proposta, porquanto não estar dentro do rol da Lei 13.303/2016.

37. Com efeito, estando a atividade de tal entidade sujeita ao Princípio da Legalidade, de acrescer-se que não possui ela a mesma liberdade conferida aos particulares em geral, devendo pautar seu comportamento pelo que é permitido normativamente.

38. Assim, a permanência da recusa da proposta por suposta falha na planilha é uma verdadeira afronta à legislação vigente; assim, desobedecendo as disposições legais que regulamentam a matéria, esta Comissão está também agredindo o princípio constitucional da legalidade encartado no art. 37, caput, da Constituição Federal, ao qual, segundo posicionamento assente, deve obediência, *ipsis littiris*:

“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”

39. Adstrita ao Princípio da Legalidade, tal e qual sucede com os entes de Direito Público em geral, uma vez que exerce atribuições de largo interesse social, a POTIGÁS, por seus representantes e dirigentes, não pode praticar todos os atos não proibidos por lei; a sua liberdade é resumida ao que lhe é permitido realizar por lei.

- DA VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE, FINALIDADE E PROPORCIONALIDADE.

40. Por fim, Senhores, é importante salientar que as regras do procedimento licitatório devem existir e ser aplicadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa.

41. No caso trazido à baila, não se pode deixar de considerar que a desclassificação da proposta da recorrente é de um todo ilegal e abusiva, por violar uma série de disposições normativas aplicáveis ao processo de licitação em curso, seja pela imposição de requisitos que extrapolam as exigências legais, seja pela falta de motivação na decisão indeferindo a proposta, e que vão de encontro frontal aos princípios da competitividade, da finalidade e da proporcionalidade.

42. Nesse caso, importante trazer à baila o posicionamento dos Pretórios Pátrios, *ad literam*:

“Visa a concorrência pública fazer com que o maior número de licitantes se habilite para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses. Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconstitucionais com a boa exegese da Lei devem ser arredados. Não deve haver nos trabalhos nenhum rigorismo e na primeira fase da habilitação deve ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório. A disputa que se trava no certame licitatório objetiva a eleição da melhor proposta de contrato e não a seleção da empresa que demonstre maior know-how no preparo do envelope-documentação e da proposta. De tal sorte que a avaliação deve privilegiar o conteúdo e não apenas a forma.”²

“MANDADO DE SEGURANÇA – INABILITAÇÃO EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – CARACTERIZAÇÃO DE OFENSA

² TRF 4ª R. – AMS 1998.04.01.009911-9 – PR – 4ª T. – Rel. Juiz Alcides Vettorazzi – DJU 06.12.2000 – p. 501

A DIREITO LÍQUIDO E CERTO – FORMALIDADES TRANSIGÍVEIS NA LICITAÇÃO – SENTENÇA CONCESSIVA DO MANDAMUS – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA – NEGADO PROVIMENTO A AMBOS OS RECURSOS”.³

ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO – PROPOSTA – APURAÇÃO DE VALOR E MÉDIA PONDERADA – EXCESSO DE FORMALISMO – NÃO DECRETAÇÃO DE NULIDADE SEM PREJUÍZO – INOCORRÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL – I - A apuração do valor do lote, através da média ponderada de cada item, não causa nenhum prejuízo para a administração, tanto mais porque a impetrante apresentou melhor proposta, nos termos do art. 31, inciso III da Lei nº 8.666/93; II - O princípio da igualdade entre as licitantes não foi desrespeitado porque ofertado a todas as mesmas oportunidades. Soma-se que na aplicação de tal princípio, deve-se sopesar que uma das finalidades da licitação é a participação do maior número de concorrentes; III - A concepção moderna das regras do processo licitatório, como instrumento de realização do fim colimado - Seleção de melhor proposta - Repudia o excesso de formalismo, que culmina por inviabilizá-lo; IV - Segurança concedida.⁴

PROCESSUAL CIVIL – PERDA DE OBJETO – INEXISTÊNCIA – ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – INABILITAÇÃO DE LICITANTE POR DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA EDITALÍCIA – EXCESSO DE FORMALISMO – ILEGALIDADE E RAZOABILIDADE – 1. Resta insubsistente a tese de perda de objeto suscitada pela União, uma vez que não houve o perecimento do objeto pleiteado na exordial com o deferimento da liminar e sim a persistência do interesse processual, já que só o julgamento de mérito anulou a inabilitação da apelada. 2. Certo que a Administração, em tema de licitação, está vinculada às normas e condições estabelecidas no Edital (Lei nº 8.666/93, art. 41), e, especialmente, ao princípio da legalidade, não deve, contudo (em homenagem ao princípio da razoabilidade), prestigiar de forma tão exacerbada o rigor formal, a ponto de prejudicar o interesse público que, no caso, afere-se pela proposta

³ TJRS – AC 597107739 – RS – 2ª C.Cív. – Rel. Des. Augusto Otávio Stern – J. 11.03.1998

⁴ TJMA – MS 015673/2002 – (44.586/2003) – C.Cív.Reun. – Rel. Des. Cleones Carvalho Cunha – J. 16.05.2003

43. No caso dos autos, resta claro que a desclassificação da proposta da recorrente ("recusa"), com decisão genérica e imotivada, constitui-se em medida ilegal, a ser corrigida de ofício.

ANTE O EXPOSTO,

e em face dos argumentos expendidos, requer-se dessa DOUTA COMISSÃO que dê **PROVIMENTO AO PRESENTE RECURSO**, para **reconsiderar a recusa da proposta, e prosseguir com a análise da documentação de habilitação dos demais licitantes classificados, respeitando a ordem de classificação pelo menor preço, estando a recorrente em primeiro lugar.**

À Luz da sabedoria e decisão desta Ilustre Comissão!

Natal-RN, 24 de outubro de 2024.



VIPETRO CONST. E MONT. INDUSTRIAIS LTDA.

FRANCISCO VILMAR PEREIRA

Diretor Presidente

⁵ TRF 1ª R. – AMS 01000144761 – DF – 3ª T.Supl. – Rel. Juiz Conv. Carlos Alberto Simões de Tomaz – DJU 14.11.2002 – p. 375.